



---

**EMPREENDEDORISMO NA ESCOLA:** interferências na formação dos trabalhadores

TORRIGLIA, Patricia Laura  
CRUZ, Mirian Carla  
MARTINS, Juliana A.C.

**RESUMO:**

Este estudo tem como objetivo levantar algumas compreensões críticas acerca dos processos de educação na sociabilidade capitalista que em sua grande maioria corresponde a formação para o trabalho conforme as necessidades deste modo de produção. A pesquisa encontra-se em andamento e se refere a educação oferecida para a classe trabalhadora por meio do “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP) para os filhos e filhas de trabalhadores do município de Fraiburgo SC. Neste texto, primeiramente realizamos uma análise teórica reflexiva sobre o trabalho na obra *O Capital* de Karl Marx. Posteriormente, traçamos uma compreensão sobre os estudos de crescimento e inovação propostos pelo Banco Mundial e a adesão dessas ideias pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com intuito de manter o Brasil com mais inovação e competitividade e os trabalhadores atrelados a ideia de empreendedorismo, que corrobora com os projetos de educação para a manutenção e sustentação da sociedade capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho; educação; empreendedorismo.

## 1 INTRODUÇÃO

Primeiramente analisaremos o conceito de trabalho, por meio das análises feitas por Marx em seus estudos de *O Capital* (1983,1984). O artigo apresenta algumas das categorias expostas por Marx, como força de trabalho, mercadoria, valor de uso e valor de troca, mais-valor, com a finalidade de elucidar a centralidade do trabalho na sociabilidade capitalista e como as relações foram se tornando cada vez mais complexas dentro dessa lógica.

Posteriormente, este estudo desenvolverá uma breve análise do contexto histórico-social do Brasil, como parte da totalidade, que com o propósito de tornar-se mais competitivo conforme os padrões do Banco Mundial, alicerça seus processos de educação para alcançar tal resultado. Desse modo, a educação que poderia ser um dos instrumentos para emancipação humana, torna-se instrumento para preparação e qualificação de forças de trabalho. Pois, como afirma Mézáros (2008), a educação deve qualificar para a vida e não para o mercado.

A partir de alguns desses pressupostos para a educação brasileira, muitas instituições buscam alternativas a todo instante de modo a contribuir e adequar-se com as exigências mundiais. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma dessas instituições, que dentre os seus programas que atendem uma



diversidade de setores, está o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), que atua em todos os níveis de ensino, da educação básica à superior. Respectivamente, no Ensino Fundamental, o Sebrae possui o projeto “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP), com a intenção de instruir crianças e adolescentes para que estes estejam preparados quando adultos, de acordo com esta lógica capitalista a enfrentar essa sociedade competitiva.

Este artigo é parte de uma pesquisa que se encontra em andamento sobre como se estrutura o projeto “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP) e sua implementação em algumas escolas públicas municipais de Fraiburgo-SC. Portanto, a proposta desse artigo é elencar em uma análise crítica, mediante a perspectiva teórica marxista, alguns apontamentos de como configura-se a educação no Brasil.

## **2 O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR**

O trabalho é condição vital para a sobrevivência do homem, independentemente do tipo de sociedade, sendo este, a mediação entre o homem e a natureza. Pelo trabalho o homem é capaz de modificar o meio em que vive. Marx descreve,

o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro, bastavam. (MARX, 1983, p. 153)

Entretanto, mediante uma análise a partir dos desdobramentos históricos, vemos que o trabalho começou a ser compreendido não como aquele elemento determinante na constituição do homem ou mesmo como atividade inerente de modo a satisfazer suas necessidades, mas, como degradação e desumanização do próprio homem, visto que, o trabalhador se viu limitado e não conseguindo mais produzir sua vida individualmente, teve que se sujeitar à divisão de trabalho, ao trabalho assalariado, parcelar. O capitalismo foi fator determinante nessas alterações e conforme se consolidava na sociedade, interferiu e ainda vem interferindo diretamente na vida do trabalhador em todos os sentidos.

Sobre essas condições que assim foram sendo estabelecidas, nesse fluxo contínuo de circulação de mercadorias e acumulação de capital, em que o capitalismo cria obstáculos para o ser humano produzir sua existência, o trabalhador vende a mercadoria que possui, que é a sua força de trabalho. O valor da força de trabalho é o valor dos meios de



subsistência necessários à manutenção do trabalhador, este valor corresponde ao indispensável para manter o indivíduo em seu estado de vida normal, que atenda suas necessidades. Por força de trabalho, Marx descreve como conjunto das faculdades físicas e espirituais na personalidade viva de um homem que põe em movimento quando produz valores de uso (MARX, 1983). Vale destacar que a força de trabalho é a única mercadoria componente de valor que produz mais valor, valorizando assim o capital.

Prossegue Marx,

a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1984, p. 105)

Deste modo, a sociedade capitalista dividida em classes: a trabalhadora e a capitalista, se organiza a ponto de tornar a vida do ser humano atrelada a um sistema de preparação e qualificação da força de trabalho por meio de muitos elementos e um destes que se destaca são os processos de educação. O sistema capitalista passa a controlar não apenas os processos de trabalho como também a vida do trabalhador, inclusive a sua educação e formação. Da formação artesanal passa para a formação escolar, e os segredos do ofício desaparecem, pois o novo processo de trabalho dispensa qualquer habilidade e conhecimento. As Corporações e Oficinas deixam de ser espaços pedagógicos, entram em crise e dão lugar às escolas (MANACORDA, 1996). E das escolas mais contemplativas, surge um ensino útil, uma ciência útil. Conforme Mézários:

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista”, “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (MÉSZÁROS, 2008, p. 15).

Isto posto, percebe-se claramente na educação essa relação entre escola e interferência do capital, visto que os seus processos educacionais não se restringem a estratégias e propostas intrínsecas, mas, estão articulados a interesses mais amplos, que estabelecem como devem ser adequadas e qualificadas as forças de trabalho à essa forma social.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e a necessidade inelutável do mercado capitalista de cada vez mais acumular capital, a educação está frente a um desafio, o de suprir às novas exigências do mercado e oferecer o ferramental necessário à máquina capitalista. E nisso, a educação entra como elemento crucial para o desenvolvimento e perpetuação da sociedade capitalista.



## 2.1 Interlocuções entre o Banco Mundial e a educação para os trabalhadores

No contexto de desenvolvimento histórico-social do Brasil, em que as intervenções internacionais exercem forte influência de como os processos de educação necessitam se organizar, as exigências do mercado transformam-se e avançam muito além do mero saber ler e escrever. Desta maneira, os processos de educação devem estruturar-se para a formação do “cidadão”, capaz de definir os códigos das tecnologias da informação e comunicação, estes entendidos como elementos básicos da nova ordem mundial (MORAES, 2003).

A partir dessa compreensão, pretendemos elencar alguns fatores sobre o trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que é o órgão máximo de representação das indústrias e suas interferências na formação dos trabalhadores brasileiros. A CNI edita a contento o estudo “Conhecimento e Inovação para a Competitividade”, elaborado pelo Banco Mundial, que discute como o setor econômico brasileiro pode enfrentar os problemas e desafios e assim tornar-se mais competitivo. Desse modo, de acordo com o documento:

A capacidade de a economia brasileira diversificar sua base produtiva e concorrer com países cujos custos de mão-de-obra são inferiores aos do Brasil depende de estratégias de agregação de valor nas várias fases da cadeia produtiva. Isso só poderá ser feito com produtividade e capacidade de inovação. (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 24)

Sendo assim, podemos intuir que esses estudos de crescimento e inovação propostos pelo Banco Mundial têm entre suas bases a educação. E a CNI confia seguramente nesses preceitos e demandas, tendo como objetivo contribuir e criar estratégias para o desenvolvimento econômico do país, inclusive com propostas no campo da educação. A CNI afirma que “segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mais da metade da riqueza mundial é gerada pelo conhecimento” (CNI, 2013, p. 14). Compreende-se então que a educação é um dos elementos a serem priorizados por esses órgãos em todos os níveis, desde o Ensino Fundamental ao Superior.

A CNI (2013) em seu mais recente documento denominado como “Mapa Estratégico da Indústria – 2013-2022”, tenta definir ações para fazer com que se incentive o crescimento do Brasil e também traz reflexões a respeito de problemas que possam impedir esse crescimento. Esse documento faz um mapeamento da economia do país, assinalando pretensões acerca de um processo de construção de uma economia mais competitiva e



supostamente mais justa. Segundo consta na apresentação do documento da CNI (2013, p. 10):

A agenda tem como base a percepção de que a indústria tem futuro no Brasil. Esse futuro é, no entanto, contingente. Depende da nossa capacidade de atuar sobre os problemas, do desenvolvimento de novas competências em educação e inovação e da adaptação às condições da economia global.

Todavia, a CNI esclarece que um dos fatores-chave principais de competitividade da indústria é a educação. Como descrito no documento: “Uma sociedade educada é essencial na construção de instituições e de um ambiente favoráveis aos negócios. A educação também é o principal insumo para a inovação” (CNI, 2013, p. 24).

Nessas circunstâncias, percebemos que o capitalismo não limita esforços para concretizar seus objetivos, ampliando a formação profissional e buscando alternativas de treinamentos de forças de trabalho. Pois como assevera a CNI (2013), só assim, a indústria estará mais preparada para enfrentar a competitividade internacional e instituirá um ambiente propício à inovação. Dessa forma, é certo que a educação no capitalismo torna a formação da classe trabalhadora cada vez mais um instrumento de preparação para o mercado capitalista e não uma formação que emancipe os sujeitos em sua totalidade.

No Brasil, pressupomos que as políticas públicas até tentam aparentemente, disseminar uma ideia de educação inclusiva que vise a formação humana dos cidadãos, além disso, sugerem mudanças nos currículos, novas formas de ensinar e aprender, mas, o que certamente se percebe é uma educação concatenada à princípios e interesses do sistema capitalista. Segundo Torriglia e Ortigara (2014, p.197), “as políticas educacionais expressam as “marcas” de uma determinada política e lógica de produção, de um Estado de direito da sociedade dividida em classes e representante de uma classe hegemônica”.

Dentro dessa perspectiva, existe uma relação muito antagônica quando se pensa em formação humana e processos de educação elaborados nos moldes do capital. Principalmente quando presenciamos algumas propostas com projetos sendo implementados dentro da escola, no ensino básico, em que cada vez mais está posta a função da escola na sociedade capitalista, ou seja, uma escola útil que tem entre os seus fundamentos a instrução para o trabalho.

Não obstante, muitas instituições no Brasil, influenciadas por esses ideais de transformações e crescimento na economia mundial, atuam de diferentes maneiras, em todas as áreas sociais. Entre uma dessas instituições está o Sebrae, como já citamos neste texto, uma entidade privada, que define-se como “um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país”



(SEBRAE<sup>1</sup>). A entidade atua desde a base que é a formação para trabalhadores, com incentivos para o empreendedorismo e formação profissional para indústria e comércio até mesmo o trabalho de direcionamento para a sustentabilidade de empreendimentos.

Dentre as ações do Sebrae temos que: “desenvolve ações coletivas com pequenos negócios industriais, reunidos em arranjos produtivos locais, núcleos setoriais, encadeamentos com grandes empresas e outras formas de cooperação” (SEBRAE). A instituição possui uma diversidade de programas em diversos setores. Um desses programas é o “Educação Empreendedora Sebrae” que propõe atividades para a “formação empreendedora” em todos os níveis de ensino.

E, em meio aos projetos “Educação Empreendedora Sebrae”, para o momento, o que vamos trazer são algumas considerações em que abordaremos o que é o projeto “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP) por meio de uma análise crítica marxista. O curso “teve sua origem no Sebrae SP em meados de 2001 e desde 2002 é aplicado no Estado de São Paulo e em mais 11 estados brasileiros” (SEBRAE, 2012, p. 7).

Sobre o contexto histórico do Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) para o sistema Sebrae temos que,

em agosto de 2013 foi criado o Programa Nacional de Educação Empreendedora para o sistema Sebrae – PNEE, com o objetivo de ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições de ensino por meio da oferta de conteúdos de empreendedorismo para serem inseridos nos currículos. (SEBRAE, 2014, p. 8)

O PNEE abrange estudantes da educação básica e superior e o JEPP, objeto de nossa análise, apenas crianças e adolescentes do Ensino Fundamental. Como já mencionado o projeto se estende em âmbito nacional, em parceria com escolas públicas e privadas que são selecionadas a partir de requisitos pré-estabelecidos pelo Sebrae. No entanto, a pesquisa dissertativa que se encontra em andamento, pretende analisar em específico a sua implementação nas escolas públicas do município de Fraiburgo SC.

No projeto, o público-alvo são estudantes do ensino fundamental com idades entre 6 à 14 anos, ou seja, acontecem nas turmas de 1º ao 9º ano das escolas. Em 2014, no município de Fraiburgo-SC, o projeto teve início com as primeiras orientações aos professores de como deveria transcorrer o projeto nas escolas. E no de 2015 os professores participaram de uma “capacitação”, pois de acordo com normas do JEPP, para trabalhar o projeto na escola é necessário um professor com “perfil empreendedor”, que tenha iniciativa,

---

<sup>1</sup> Referência bibliográfica: Disponível em:  
[http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais\\_adicionais/o\\_que\\_fazemos](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos). Acesso em: 12 de janeiro de 2017.



seja comunicativo, tenha capacidade de persuasão, entre outros quesitos. No programa para efetivação do JEPP são explanados alguns objetivos sobre a educação tais como:

[...] a educação empreendedora incentiva que o sujeito busque o autoconhecimento, novas aprendizagens, além do espírito de coletividade. Dessa forma, a educação deve atuar como transformadora desse sujeito e incentivá-lo à quebra de paradigmas e ao desenvolvimento das habilidades e dos comportamentos empreendedores (SEBRAE, 2012, p. 6)

Partindo desse pressuposto, percebemos de maneira notável como tem acontecido a formação da classe trabalhadora e a veemência do capital na constituição de meios para a sua manutenção. Apesar de todo um discurso de autonomia, coletividade, educação transformadora, não podemos nos perder nestas verborragias, pois na aparência se mostram como alternativas interessantes aos trabalhadores, mas em sua essência encontramos o modo de produção capitalista e este envolvimento de exploração cada vez maior dos trabalhadores em todo o processo produtivo e para além dele. Nisso, “poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25)

No JEPP, cada estudante recebe do Sebrae, uma apostila com conteúdo similares de acordo com sua turma, que se baseiam em conhecer o produto, o que é um jovem empreendedor, comportamento empreendedor, funcionamento de uma empresa, atendimento ao cliente, plano de negócios, propaganda, finanças. Os conteúdos são trabalhados pelos professores de cada turma, em sala de aula e a carga horária é compatível com o currículo do ensino fundamental. Contudo, para ganhar sustentação no campo educacional, o curso tem suas premissas ancoradas pelos quatro pilares da educação propostos pela Unesco,

aprender a conhecer, isto é, adquirir instrumentos de compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com o outro em todas as atividades humanas; finalmente, aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (SEBRAE *apud* DELORS, 2012, p. 6).

A respeito desses documentos, Rummert, Algebaile e Ventura ressaltam que:

Tais documentos, de grande acolhida internacional, particularmente nos países de perfil socioeconômico de integração subalterna, propugnam a orientação de que o Estado deve ter sua atuação no âmbito educacional suplementada por parcerias com a iniciativa privada e com as agências do terceiro setor (RUMMERT, ALGEBAILLE, VENTURA, 2012, p. 25).

A partir da contribuição das autoras e retomando as perspectivas da CNI (2013) para a educação, se nota objetivamente, a cada dia nas escolas, sendo inseridas com eficácia



propostas de um ensino e aprendizagem voltados aos interesses empresariais. São internalizados nos estudantes ideias de um mundo competitivo, de produção e consumo desmedidos, que demanda de indivíduos qualificados, preparados a enfrentar desafios e acima de tudo com competências múltiplas. De acordo com Mészáros (2008), no decorrer do tempo, as instituições de educação se adaptam, conforme as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital.

E por meio dessas determinações, no projeto JEPP, as atividades para os estudantes se diversificam entre teóricas e práticas. Porém, observamos algumas contradições com relação ao ensino e aprendizagem deste estudante, pois no documento que implementa o JEPP fala-se que “foi elaborado não com o propósito de “uniformizar saberes” ou mesmo buscando a “reprodução em série” e estática de um conteúdo tão rico” (SEBRAE, 2015, p.3), mas na prática, é um ensino que valoriza trabalhos manuais, sendo um ensino visto como uma técnica priorizando o trabalho manual, e não aquele capaz de formar um indivíduo preparado a compreender o mundo de forma crítica e consciente de sua realidade.

No andamento do curso, os estudantes realizam trabalhos repetitivos como confecção de brinquedos recicláveis, produção de essências aromáticas, de doces, etc, e quanto ao conteúdo do curso aprendem o que é ser “empreendedor”, “comunicativo”, “criativo” etc. Desta maneira, perguntamos como desvelar essas relações em que o capitalismo desde a infância interfere na educação dos trabalhadores lhe oferecendo uma ideia do “empreendedorismo”, do ser “comunicativo” “criativo”, como possibilidade de transformação da realidade em que vivem?

Nesse panorama, em que a educação formal poderia ser a detentora dos meios para a emancipação dos sujeitos, em vez disso, o que vemos é uma sociedade onde permeia as desigualdades e a competitividade. E, infelizmente a escola vem consolidando esses princípios, certamente quando acolhe um projeto desse porte como possibilidade de desenvolvimento e transformação do sujeito, da forma que este poderá ser “protagonista de sua própria história”. Quando na realidade, apenas busca desenvolver habilidades e competências nos estudantes, como descreve MÉSZÁROS (2008), prepará-los para a máquina produtiva em expansão do sistema do capital, legitimando essa ordem social estabelecida como uma “ordem natural”.

A relevância desse projeto de empreendedorismo sendo concretizado nas escolas públicas do município de Fraiburgo-SC, nos traz à tona novamente os estudos e exigências do Banco Mundial para a educação. O documento ressalta que,

expandir a capacitação básica e avançada da população é uma medida insuficiente, que deve ser complementada por programas que incentivem o investimento privado





em inovação e que mantenham um ambiente estável e propício à realização de negócios. (Banco Mundial, 2008, p. 175)

Assim sendo, a educação empreendedora instituída pelo Sebrae, de forma alguma é um programa isolado dentro dos processos de educação brasileiro, mas está estritamente integrada à totalidade social, subordinada à uma ordem mundial de desenvolvimento e crescimento econômicos. Uma sociedade, segundo Mészáros (2008, p. 80), “unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesma e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades” e que não prioriza nada mais do que a sua própria reprodução.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inserção do projeto “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP) nas escolas, vem efetivando com êxito os elementos basilares para o desenvolvimento da sociabilidade capitalista. Devido ao aceleradíssimo avanço tecnológico da ciência que acarreta significativas mudanças nos meios de produção das indústrias, são necessários trabalhadores acessíveis a essas mudanças tecnológicas. Nesse sentido, é indispensável ao mercado capitalista pensar em uma formação para a classe trabalhadora que contemple suas necessidades.

Em não muitos anos atrás pensava-se em uma profissionalização para o jovem, com a formação profissional, por meio de cursos superiores, cursos de formação técnica, programas de aprendizagem, para dessa maneira, inseri-lo no mercado de trabalho. Mas atualmente assistimos que o capital vai muito além, possibilitando desde a alfabetização que a criança e o adolescente tenham acesso por meio de projetos como o JEPP, à uma formação empreendedora. De tal modo, entendemos, que a gênese desse projeto é o trabalho, pois o seu objetivo central, é que desde a infância a criança desenvolva uma postura empreendedora para estar apta para o mercado futuro.

Esse artigo pretende ser uma reflexão crítica a respeito do tema empreendedorismo na escola e como foi anunciado, início de uma pesquisa em andamento, dessa maneira, sabemos que muitos pontos ainda devem ser aprofundados. Uma das análises se refere a compreender o que seria esse empreendedorismo, como este fenômeno social se articula com a formação dos estudantes filhos dos trabalhadores. Outro apontamento é a respeito da formação dos professores que são os que responsáveis por esta formação nas escolas. Sendo assim, entendemos a necessidade para a pesquisa de uma aproximação com estudantes e professores que participaram da formação empreendedora subsidiada pelo



Sebrae, de modo a poder compreender o fenômeno em sua singularidade e realizar as devidas análises com a totalidade social em que estes sujeitos estão inseridos.

Considerando a lógica em que nos encontramos é relevante analisarmos como tem acontecido a formação da classe trabalhadora e suas questões histórico-sociais em sua gênese. E a partir daí, conforme Mészáros (2008), pensar em uma educação que vá para além do capital, uma formação emancipatória, e que tenha alternativas que rompam com o sistema capitalista hegemônico radicalmente.

## REFERÊNCIAS

- Conforme regras da ABNT e restritas aquelas citadas diretamente no corpo do trabalho.
- BANCO MUNDIAL. Conhecimento e inovação para a competitividade / Banco Mundial. Tradução, Confederação Nacional da Indústria. – Brasília: CNI, 2008.
- BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CNI (Confederação Nacional na Indústria). Mapa Estratégico da Indústria: 2013-2022. Brasília, DF: CNI, 2013.
- MANACORDA, M. A. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias, 5.ed. - São Paulo, Cortez, 1996.
- MARX, Karl. O Capital. Vol. I, tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. O Capital. Vol. I, tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. Proposições acerca da produção de conhecimento e políticas de formação docente. In: Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- RUMMERT, S; AGEBAILE, E.; VENTURA, J. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo. In: QUARTIERO, E. L.; SILVA, M. M.; EVANGELISTA, O. Jovens, Trabalho e Educação - A Conexão Subalterna de Formação para o Capital. São Paulo: Mercado das Letras. 2012.
- SEBRAE. Edital de Educação Empreendedora no Ensino Fundamental. Florianópolis. 2015.
- SEBRAE. Estratégias Educacionais Vivenciais – Manual do Participante. Brasília – DF. 2014.
- SEBRAE. Fundamentação Metodológica – Manual do Participante. Brasília – DF. 2012.
- SEBRAE. Manual de Operacionalização - Guia do Gestor Estadual. Brasília – DF. 2012.
- TORRIGLIA, P. L.; ORTIGARA, V. Os campos de mediações: primeiras aproximações para a pesquisa em políticas educacionais. (Org.) CUNHA, C.; SOUZA, J.V.; SILVA, M. A. O Método Dialético na Pesquisa em Educação. Campinas: Ed. Autores Associados, 2014.